



O HOSPITAL REAL  
DE TODOS-OS-SANTOS:  
LISBOA E A SAÚDE

 LISBOA  
CÂMARA MUNICIPAL

SANTA CASA  
Misericórdia de Lisboa

omnium  
sanctorum

# ficha técnica

# omnium sanctorum

**Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos:  
Lisboa e a saúde**

## **Câmara Municipal de Lisboa**

### **Pelouro da Cultura**

João Diogo Santos Moura

### **Direção Municipal de Cultura**

Manuel Veiga

### **Departamento de Património Cultural**

Jorge Ramos de Carvalho

## **Universidade Nova de Lisboa**

### **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Francisco Caramelo

### **CHAM – Centro de Humanidades**

João Paulo Oliveira e Costa | Cristina Brito

### **Coordenação geral**

Jorge Ramos de Carvalho

### **Gestão do Projeto**

Ana Isabel Ribeiro

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

### **Coordenação científica**

André Teixeira

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

## **Parceiros**

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Assembleia da República

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Metropolitano de Lisboa

Museu da Farmácia

Museu da Saúde

Museu de Marinha

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Patriarcado de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

## **Agradecimentos**

Adelaide Brochado, CML/DMC/DPC/AML

André Bargão, bolseiro Projeto HRTS

Camila Amaral, bolseira Projeto HRTS

Filipa Pimenta, CML/DMC/DPC/CAL

Lina Maria M. Oliveira, bolseira Projeto Hospitalis

Maria Teresa Avelino Pires, NOVA FCSH/CHAM

Moisés Campos, CML/DMC/DPC/CAL

Rita Mégre, CML/DMC/DPC

Rui Henriques, bolseiro Projeto HRTS

Sandra Cunha Pires, CML/DMC/DPC/AML

Sara Ferreira, bolseira Projeto HRTS

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro de Arqueologia de Lisboa

Museu de Lisboa - EGEAC E.E.M.

Projeto “HOSPITALIS - Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização” (PTDC/ART-HIS/30808/2017)

VICARTE- NOVA FCT

## Livro

### Título

O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde

### Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura  
Direção Municipal de Cultura  
Departamento de Património Cultural

### Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Direção de Cultura  
Arquivo Histórico

### Coordenação institucional

Jorge Ramos de Carvalho

### Coordenação científica

Edite Martins Alberto  
Rodrigo Banha da Silva  
André Teixeira

### Coordenação editorial

Edite Martins Alberto

### Apoio editorial

Ana Isabel Ribeiro

### Autores

Adélia Caldas  
Adelino Cardoso  
Alexandre Pais  
Ana Cristina Leite  
Ana Maria Costa  
Ana Patrícia Alho  
André Bargão  
André Teixeira  
António Costa Canas  
António Pacheco  
Bruno Barreiros  
Carla Alferes Pinto  
Carlos Boavida  
Cristina Moisés  
David Felismino  
Edite Martins Alberto  
Fátima Palmeiro  
Filipe Santos Oliveira  
Florabela Veiga Frade  
Francisca Alves Cardoso  
Francisco d'Orey Manoel  
Helder Carita  
Helena Rebelo-de-Andrade  
Helena Taborda  
Hélia Silva  
Inês Coutinho  
Inês Oliveira  
Inês Ornellas e Castro  
Isabel dos Guimarães Sá  
Isabel Monteiro  
Joana Balsa de Pinho  
João de Figueirôa-Rêgo  
Joaquim Barradas  
Jorge Fonseca  
José Subtil  
Júlio Martín Fonseca

Laurinda Abreu  
Lina Maria M. Oliveira  
Luís Costa e Sousa  
Luís Lisboa Santos  
Luís Ribeiro Gonçalves  
Luíz Damas Mora  
Lurdes Esteves  
Maria Antónia Lopes  
Maria da Conceição Freitas  
Maria João Ferreira  
Maria João Pereira Coutinho  
Maria Marta Lobo de Araújo  
Maria Teresa Avelino Pires  
Mário Farelo  
Milene Alves  
Mónica Duarte Almeida  
Nelson Moreira Antão  
Nuno Falcão  
Paula Basso  
Paula Serafim  
Paulo Catarino Lopes  
Paulo Pereira  
Rita Luís Sampaio da Nóvoa  
Rita Mégre  
Rodrigo Banha da Silva  
Rute Ramos  
Sara da Cruz Ferreira  
Sílvia Casimiro  
Silvina Pereira  
Tiago Borges Lourenço  
Vitor Serrão

### Design gráfico

Formiga Luminosa, Construtora de imagem

### Créditos fotográficos e digitalização

José Vicente, CML/DMC/DPC  
e Arquivo Municipal de Lisboa  
Biblioteca da Ajuda  
Biblioteca Nacional de Portugal  
British Library  
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa Interativa  
Direção de Infraestruturas, Gabinete de Estudos  
Arqueológicos da Engenharia Militar  
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas  
- Arquivo Nacional Torre do Tombo  
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte  
Leiden University Libraries  
Museu Condes de Castro Guimarães  
Museu de Lisboa  
Museu Nacional do Azulejo  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

### Impressão e acabamento

Rainho & Neves; Lda.

**Tiragem** 1000 exemplares

ISBN 978-972-8543-57-0

**Depósito legal** 488809/21

**Lisboa, 2020**

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e dos respetivos autores.

# Índice

## APRESENTAÇÃO

- 15 **Câmara Municipal de Lisboa** | Vereador da Cultura João Diogo Santos Moura
- 17 **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** | Provedor Edmundo Martinho
- 19 **NOVA FCSH** | Diretor Francisco Caramelo

## INTRODUÇÃO

- 23 | André Teixeira / Edite Martins Alberto / Rodrigo Banha da Silva

---

## UMA ARQUEOLOGIA DO LUGAR

- 39 **O lugar antes da ocupação humana**  
| Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas
- 45 **De “casal” na transição do II-I milénio a.C. a arrabalde muçulmano da cidade de Lisboa**  
| Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 55 **As *hortas* do Convento de São Domingos**  
| Rodrigo Banha da Silva / Filipe Santos Oliveira
- 61 **A Lisboa Manuelina**  
| Helder Carita

## O MAIOR EDIFÍCIO DE LISBOA MODERNA

- 73 **A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos**  
| Paulo Pereira
- 123 **A representação iconográfica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 143 **Fernão Gomes e o projeto para a pintura do tecto da nave da igreja do Hospital Real**  
| Vítor Serrão
- 151 **Dos incêndios de 1601 e 1750: descrição, danos, salvados, meios e intervenientes, medidas complementares**  
| Mónica Duarte de Almeida
- 161 **O abastecimento de água ao Hospital Real e saneamento na cidade de Lisboa**  
| Ana Patrícia Alho
- 167 **O Terramoto de 1755 e as intervenções de recuperação**  
| Adélia Caldas
- 173 **Do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo**  
| Maria João Pereira Coutinho
- 181 **Os *berdeiros* do Hospital Real: espaços da história da saúde em Lisboa após 1775**  
| Carlos Boavida / Fátima Palmeiro / Luiz Damas Mora

## DE HOSPITAL A PRAÇA PÚBLICA

- 187 **As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo**  
| David Felismino / Inês Oliveira / Helena Rebelo-de-Andrade
- 199 **A génese de um novo espaço urbano: a Praça da Figueira**  
| Hélia Silva / Tiago Borges Lourenço
- 209 **O Metropolitano de Lisboa e a redescoberta do Hospital Real**  
| Helena Taborda



## REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 221 Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade**  
| Joana Balsa de Pinho
- 239 Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)**  
| Joana Balsa de Pinho
- 255 Pobreza e a assistência em Portugal na Época Moderna**  
| Maria Antónia Lopes
- 261 A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos**  
| Mário Farelo
- 281 Um novo modelo de organização hospitalar na modernidade de Quinhentos**  
| José Subtil
- 291 Hospitais centrais quinhentista em Portugal**  
| Lina Maria M. Oliveira
- 295 O Hospital Real e a Misericórdia de Lisboa no tempo do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo**  
| Laurinda Abreu

## DA COROA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

- 305 A Ordem de São João Evangelista (Lóios) no Hospital**  
| Nuno Falcão
- 311 Da gestão dos religiosos de São João Evangelista à administração da Misericórdia**  
| Maria Marta Lobo de Araújo
- 317 As *gentes* e o quotidiano num período de mudança: a administração da Misericórdia**  
| Rute Ramos
- 325 *Entre quatro paredes e não só*: as outras instituições no espaço do Hospital**  
| Rute Ramos
- 333 Ordens religiosas na assistência hospitalar (Arrábidos, Obregões e Camilos)**  
| Rita Mégre / Tiago Borges Lourenço

## PATRIMÓNIO E RECURSOS

- 343 A política económica do Hospital: receitas e despesas**  
| Rute Ramos
- 351 Prédios foreiros ao Hospital Real**  
| Carlos Boavida
- 357 O teatro e o financiamento do Hospital Real**  
| Silvina Pereira / Júlio Martín Fonseca

## TRATAR A ALMA E O CORPO

- 367 O Hospital Real na medicina dos séculos XVI a XVIII**  
| Adelino Cardoso
- 377 O estatuto do doente no Hospital Real e o Regimento de 1504**  
| Luís Lisboa Santos / José Subtil
- 385 Placas de identificação dos leitos nas enfermarias**  
| Alexandre Pais / Lurdes Esteves
- 389 A criação dos expostos no Hospital Real**  
| Milene Alves
- 395 A Confraria da Misericórdia de Lisboa e os sinais das crianças expostas da cidade**  
| Francisco d' Orey Manoel / Nelson Moreira Antão

## AS GENTES DO CUIDAR E DA CURA

- 403 Cargos, profissões e serviço**  
| António Pacheco
- 411 *Por achar que era gente muito limpa a elegeo por ama: officios e limpeza de sangue***  
| João de Figueiróa-Rêgo
- 415 A cirurgia portuguesa na génese da atividade cirúrgica do Hospital Real**  
| Cristina Moisão
- 419 Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII)**  
| Florbela Veiga Frade / Joaquim Barradas / Adelino Cardoso
- 429 Os oficiais de cura letrados e praticantes**  
| Luís Ribeiro Gonçalves
- 437 Enfermagem, enfermeiras e enfermeiros**  
| António Pacheco

## AS PRÁTICAS MÉDICO-CIRÚRGICAS

- 447 A prática médica e a alimentação nos textos portugueses da época moderna**  
| Inês Ornellas e Castro
- 455 Hortas e hortos: alimentação e botica nos séculos XVI e XVII**  
| Bruno Barreiros / Adelino Cardoso
- 463 O regime alimentar no Hospital Real no século XVIII**  
| Bruno Barreiros
- 471 Manoel Constâncio e a reestruturação da anatomia e da cirurgia em Portugal**  
| Luiz Damas Mora
- 477 A botica do Hospital Real**  
| Paula Basso
- 487 Um inventário do século XVIII da botica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 509 A morte no Hospital Real: testemunhos do século XVIII**  
| Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso

## HABITAR O HOSPITAL

- 519 Espaços e distinções sociais (1502-1620)**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 529 Vestuário, género e doença no Regimento de 1504**  
| Carla Alferes Pinto
- 537 Música no Hospital Real de Lisboa (séculos XVI-XVII): manifestação áulica, terapia ou devoção?**  
| Isabel Monteiro
- 541 As merceiras do Hospital Real (séculos XV-XVIII)**  
| Maria Teresa Avelino Pires
- 545 Cuidar dos feridos de guerra em Portugal no início da época moderna**  
| Luís Costa e Sousa
- 551 Os estrangeiros: doentes e oficiais de saúde**  
| Paulo Catarino Lopes
- 561 Os escravos no Hospital Real**  
| Jorge Fonseca

## EXISTÊNCIAS E PROVIMENTOS

- 569 Entre trastes velhos e produtos não-europeus: a cultura material do Hospital Real no século XVI**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 577 Os têxteis da igreja do Hospital Real no século XVI: tipologias e dinâmicas de funcionamento**  
| Maria João Ferreira
- 583 A louça de mesa no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 591 A cerâmica utilitária no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 601 Outros objetos dos quotidianos do Hospital Real**  
| Carlos Boavida / Inês Coutinho



- 611 A cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 623 Os regimentos das práticas e dos oficiais da Casa da Saúde (séculos XVI-XVIII)**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 635 Combate às doenças que chegavam por mar (e pelo rio!): os regimentos de 1693**  
| António Costa Canas
- 643 A Casa de São Lázaro e a assistência aos leprosos**  
| Rita Luís Sampaio da Nóvoa



## \_ENTRE TRASTES VELHOS E PRODUTOS NÃO-EUROPEUS: A CULTURA MATERIAL DO HOSPITAL REAL NO SÉCULO XVI

Isabel dos Guimarães Sá  
Departamento de História e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS),  
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

“...aqui não há pobres no hospital porque como são  
recebidos os doentes são ricos porque lhe[s]  
fazem como a ricos em seu comer e cura  
quanto é possível fazer-se...”

Pedro de Lemos<sup>1</sup>

Era esta a forma retórica como um dos primeiros provedores do hospital de Todos-os-Santos caracterizava o tratamento dos seus doentes. Contudo, não andaria longe das intenções dos reis fundadores: proporcionar aos pobres - os que não podiam chamar um físico ou cirurgião a suas casas - um espaço de cura marcado pela abundância de comida, pela qualidade das instalações e sua limpeza, pela disponibilidade de tratamento médico e pelo conforto espiritual de missas e sacramentos.

O hospital foi um projeto régio desde o seu início. Citemos apenas alguns lugares comuns da sua história: a sua construção foi iniciada por D. João II, que morreu em 1495 sem que as paredes do hospital estivessem pouco mais do que levantadas. O seu sucessor, D. Manuel I,

continuará a edificá-lo com empenho, e o hospital começou a funcionar por volta de 1501-1502, sempre com administradores nomeados diretamente pelo rei, até que em 1530 D. João III (r. 1521-1557) o entregaria aos cónegos de S. João Evangelista, sob cujo governo se manteria até 1564. Nesse ano o novo rei, D. Sebastião, transferiu-o para a administração da Misericórdia de Lisboa, o que motivou a feitura de um inventário de todas as existências do hospital, tanto de consumíveis como de bens que podemos considerar capital fixo: roupa de cama, móveis, utensílios de cozinha e da horta, etc. (Pinto, 2011)<sup>1</sup>.

Chame-se a atenção para a materialidade primordial do edifício: a sua monumentalidade. O hospital ocupava uma superfície de tamanho considerável, que uma vedoria de 1696 assinalava como tendo cerca de 109 metros na fachada principal, que dava para o rocio/prança, 69,5 metros do lado sul, 86 nas traseiras, e 133,9 metros na linha confinante com o convento de São Domingos (Leite, 1993, p. 7).

<sup>1</sup> ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mc, 8, doc. 24 - “Apontamentos que fez Pedro de Lemos sobre o Hospital Real de Todos os Santos”, Lisboa, 21 de julho de 1509.

<sup>2</sup> Agradece-se a Pedro Pinto pela disponibilização do inventário de 1564 do Hospital de Todos-os-Santos (Pinto, 2011) em versão de texto.

Nem toda a área estava edificada, havendo lugar a quatro claustros todos com os seus poços, e uma horta nas traseiras com tanques para lavar a roupa. O edifício encher-se-ia de gente, entre doentes e pessoal de serviço, o seu número crescendo ao longo do período moderno. Em termos de escala arquitetónica e humana, o hospital poderia talvez equiparar-se ao vizinho paço da Ribeira, principal palácio da corte (Senos, 2002). Fidalgos no paço, pobres no hospital, se excluirmos os oficiais superiores da sua administração recrutados entre as *pessoas principais*, para adotar a expressão de Francisco de Monzón (1544, fl. 190v).

Antes de D. João II pensar na sua construção, já a Itália e também a Flandres vinham dando o mote a grandes estruturas onde se tratavam doentes, providas de uma arquitetura própria, inspirada nos palácios das elites urbanas, mas distinta devido às suas funções de assistência a corpos e almas. Hospitais como o de Milão (Filarete, 1460-1464), o hospital dos Inocentes de Florença (Brunelleschi, 1419-1427, aberto em 1445), estavam na vanguarda da arquitetura hospitalar da época, e o hospital de Todos-os-Santos não lhes ficaria atrás. Os notáveis exemplos espanhóis - Santa Cruz de Toledo, Granada, Sevilha, Santiago de Compostela, entre outros, seriam um tanto posteriores (Moreira, 1993, p. 24). Estes hospitais constituíam edifícios pensados de raiz, de planta unificada: eram construções eruditas, feitas a partir de um plano, por vezes da autoria de artistas que a posteridade consagrou. Dispunham de programas de construção coerentes, sem o acréscimo de novos módulos que caracterizava tantos hospitais medievais, conferindo-lhes o aspeto desorganizado de um conjunto de módulos díspares, consubstanciando em diferentes escalas, fases de construção e propósitos funcionais. Ficavam, assim, muito distantes dos edifícios acréticos medievais, vernaculares, construídos e acrescentados à medida das necessidades. O hospital das Caldas, o segundo maior do Reino a seguir ao de Todos-os-Santos, fundado em 1485, é disso exemplo, pela mistura das volumetrias que se iam construindo (Matias, c. 1915). Tal como os grandes e mais famosos hospitais que o precederam - italianos na sua maior parte - à coerência arquitetónica do Hospital Real presidiam objetivos políticos. Foi desde os seus começos um hospital real, e como tal foi referido em todas as crónicas dos reis de Portugal e outros textos que os elogiavam. Um só desenho, um só poder, ou pelo menos o desejo dele, porque a harmonia dos edifícios dignificava a comunidade política. Começado a construir em 1492,

o hospital esteve no centro das preocupações de D. João II, que recomendou ao seu sucessor que o acabasse. A 15 de maio, no dia em que se lançou a sua primeira pedra, o rei esteve presente, tendo lançado muitas moedas de ouro nas suas fundações (Resende, 1973, p. 209). Não obstante, a sua construção foi obra demorada, pelo que o peregrino flamengo Jan Taccoen van Zillebeke teve ocasião de notar quando relatou a sua estadia em Lisboa no ano de 1514: “Há um hospital magnífico e na sua construção trabalhase arduamente” (Fonseca, Stols *et* Manhaeghe, 2014, p. 128). Os elogios ao hospital suceder-se-iam nos dois séculos seguintes: foram vários os viajantes que o descreveram, antes ou depois da União Dinástica, e ocupariam lugar de destaque nas descrições textuais e visuais da cidade.

Não faltou ao hospital algum carácter experimental, uma vez que serviu de sede à reforma das capelas, hospitais, albergarias e confrarias (Rosa, 1998). Também, devido ao facto de nele se ter tratado a sífilis desde o início do seu funcionamento; a prática de cura desta doença, até então desconhecida na Europa, daria lugar a um dos primeiros tratados médicos sobre o mal gálico, escrito pelo físico Ruy Díaz de Isla, que se reportaria em grande parte à sua experiência dos seus anos de trabalho no hospital (Arrizabalaga, 2013).

Os reis portugueses, sobretudo D. Manuel I (r. 1495-1521), não deixariam de considerar o seu hospital real como o primeiro do Reino. Para além da emissão de leis que o favoreciam, da construção de um edifício concebido desde o início como um emblema da cidade, da dotação de um vasto património destinado a suportar os seus gastos, o hospital foi recebendo também dádivas constantes dos seus régios patrocinadores. Os mais variados presentes deram entrada no hospital, desde velhos objetos muito usados no paço régio, até outros novos em folha e mais valiosos. Embora não constituíssem a maioria dos tecidos usados no hospital, de tipologia e proveniência europeia (ruão, brabant, osteda, linho, veludo, etc.), o equipamento do hospital denuncia têxteis africanos e asiáticos. Não se esqueça também a alimentação que contava com produtos provenientes da expansão transoceânica, dos quais o mais relevante é sem dúvida o açúcar madeirense, seguido pelas especiarias asiáticas. O primeiro fez a sua entrada no hospital desde muito cedo, por constituir então um dos elementos base das curas de saúde, dado o seu elevado potencial energético (Rodrigues *et* Sá, 2015).

## O açúcar e as especiarias

O açúcar seria um dos principais recursos alocados ao hospital, que tinha a função de o distribuir por numerosas Misericórdias, conventos masculinos e femininos, confrarias e outros hospitais (Salgado, 1986). No auge das doações régias o hospital chegou a receber 700 arrobas (cerca de 10,5 toneladas) em grande parte destinados a distribuição anual (ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 61, n.º 93)<sup>2</sup>. O hospital reservava ainda quantidades substanciais para seu próprio consumo: em 1518 recebia 50 arrobas por ano, enquanto entre as restantes instituições só uma recebia quinze - o hospital das Caldas, não ao acaso o segundo maior do Reino -, e todas as outras bastante menos (ANTT, Registos de Leis e Regimentos de D. Manuel I, fs. 70-75v.)<sup>3</sup>. Contudo, em 1520 a distribuição de açúcar pelas restantes instituições passaria a ser levada a cabo pela Casa da Mina (ANTT, Registos de Leis e Regimentos de D. Manuel I, fs. 171-174)<sup>4</sup>. O açúcar continuou a fazer parte dos produtos indispensáveis ao funcionamento do hospital, conforme documentam as existências no inventário de 1564, que refere 92 pães de açúcar, mas também variedades mais delicadas como o açúcar em pó e o rosado.

O rei D. Manuel foi igualmente generoso no que respeita a especiarias: em 1511 atribuiu dez arráteis de beijoim ao hospital, uma resina aromática proveniente de Sumatra, provavelmente usada na eliminação de maus cheiros (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 12, n.º 48)<sup>5</sup>. Por seu lado, a já referida lista das instituições beneficiadas com doações de açúcar, datada de 1518, elencava também especiarias que o Hospital de Todos-os-Santos devia distribuir por outros hospitais, conventos e confrarias: pimenta, malagueta, cravo, canela e gengibre.

## Os escravos

Numa cidade em que os estrangeiros não podiam deixar de notar os muitos africanos que povoavam Lisboa, a presença de escravos no hospital não espanta (Stols, Fonseca, Manhaege, 2014). O segundo maior hospital do

Reino a seguir ao de Todos-os-Santos, fundado nas Caldas pela irmã do rei, a rainha viúva D. Leonor (1458-1525), contava também com trabalho escravo (Sá, 2011, p. 112)<sup>6</sup>.

O regimento de 1504 do hospital de Todos-os-Santos mencionava quatro escravos e duas escravas entre os servidores do hospital, adstritos aos serviços de limpeza dos espaços profanos, tendo a seu cargo varrer as enfermarias, e esvaziar os bacios dos outros servidores, e limpar as “necessárias” dos doentes (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 484). D. Manuel I emitiu um alvará que concedia ao hospital de Todos-os-Santos um escravo por cada caravela que viesse da Guiné, provavelmente destinado a venda (ANTT, Gavetas, Gav. 2, mç. 2, n.º 62)<sup>7</sup>. Contudo, sessenta anos depois, o inventário de 1564 elencava apenas dois escravos na posse do hospital: uma negra grávida, que disse ser de Cabo Verde, e seu filho Gaspar, ainda moço (Pinto, 2011, p. 262).

## Apropriações da cultura muçulmana

É difícil reconstituir as importações do mundo muçulmano no hospital, uma vez que os termos de origem árabe utilizados nas fontes podem corresponder a produtos fabricados em Portugal. Todavia, no caso de duzentas aljaravias - vestes compridas e de mangas largas -, o inventário de 1564 refere-se-lhes como sendo provenientes da Casa da Mina. Temos indicação de que estavam “treçadas” e foram usadas como mortalhas, o que indicia o seu reaproveitamento. Não devia ser essa a sua única utilização, uma vez que outras dezoito estavam a tingir de vermelho. O mesmo inventário refere ainda alquicés. Para Bluteau tratava-se de um “filele branco com que se cobriam os mouros” (vol. 1, p. 282), embora outros autores os definam como “capa ou cobrejão de lã branca ou manta de viagem” (Costa, 2004, p. 139). No caso do hospital encontramos-os como corrediças de cama (cortinas), geralmente de cor vermelha. Tudo indica que se usaram têxteis de origem africana no hospital, nem sempre usados de acordo com a função original.

<sup>2</sup> Cópia do padrão de 700 arrobas de açúcar, de que o rei fez mercê ao Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, Lisboa, 18 de outubro de 1515.

<sup>4</sup> “Regimento que D. Manuel I deu ao bispo de Safim, provedor do Hospital de Todos os Santos, na cidade de Lisboa, sobre as ordinárias de açúcar que daria a certos mosteiros, misericórdias, hospitais e casas pias do reino”. Lisboa, 12 de agosto de 1518.

<sup>5</sup> “Regimento que o rei D. Manuel I deu aos oficiais e tesoueiros da Casa da Mina sobre as ordinárias de açúcar que deviam ser pagas a certos conventos, misericórdias, hospitais e recolhimentos”. Lisboa, 24 de abril de 1520.

<sup>6</sup> “Alvará de D. Manuel I por que mandou dar para o Hospital Real de Todos-os-Santos, 10 arráteis de beijoim”, Lisboa, 28 de dezembro de 1511.

<sup>7</sup> Lisbeth Rodrigues refere que até 1532, data em que passou para a administração dos Loios, houve 15 escravos neste hospital (Rodrigues, 2013, p. 333).

<sup>8</sup> “Alvará (traslado) que o rei D. Manuel I fez ao Hospital Real de Todos-os-Santos da entrega de um escravo por cada caravela que viesse da Guiné”, 24 de outubro de 1520. O alvará inicial é datado de Lisboa, 17 de setembro de 1515.

## Os trastes velhos

O inventário de 1564 acusa têxteis de luxo das melhores zonas de produção europeia, Arras e Tournai, sobretudo guarda-portas, mas também móveis, como por exemplo cadeiras de espaldar. Produtos que se estranham num hospital, a não ser que se repare no facto de serem descritos como usados e mesmo muito velhos. Outra documentação esclarece a sua proveniência. D. Manuel I e o rei seu filho, ainda que em menor grau, tiveram por hábito encaminhar para o hospital objetos velhos e fora de uso no paço régio. Um desses documentos refere:

“...todos os alambéis rotos [...] que já não sejam para servir e colchas de Holanda e cobertores de grã e arquelhas e esparáveis e reposteiros de Londres branco e vermelho e outros de lã e alcatifas de toda sorte e bancais de verdura e bancais de figuras de Arras e coxins de Arras de figuras e lençóis de Holanda e travesseiros de Holanda e almofadinhas de cabeça e toalhas de Holanda [...] e cadeiras guarnecidas de veludo e almofreixes e todas as coisas destas aqui declaradas que forem rotas e tais de que nós já não [nos] possamos servir...” (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mç. 6, doc. 74)<sup>8</sup>.

No seguimento desta ordem régia, o almoxarife do hospital, Fernão Gomes, acusou a receção de alguns objetos, dando a entender que alguns deles não serviam para nada, por estarem demasiado velhos e estragados (ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 14, doc. 142)<sup>9</sup>.

Outras instruções do rei ou dos seus oficiais, bem como recibos do hospital do mesmo teor, se lhe seguiram, incidindo sobre a roupa da mantearia, confirmando que o rei mandava entregar ao hospital roupa velha e rota (ANTI, Corpo Cronológico, parte II, mç. 35, doc. 22; mç. 52, doc. 194)<sup>10</sup>. No seu testamento, o rei D. Manuel I (r. 1495-1521) doou ao hospital todas as suas camisas e roupa de cama, entre as quais figuravam alguns exemplares “mouriscos”<sup>11</sup>.

Referem-se no inventário de 1564 dezoito cobertores de grã oferecidos pela rainha D. Maria (1482-1517). A grã, de cor vermelha, implicava um pigmento particularmente valorizado, podendo corresponder à famosa cochonilha proveniente da América Espanhola, embora não se possa comprovar esta origem neste documento em particular<sup>12</sup>. Note-se que em 1564 a rainha D. Maria havia morrido quase 50 anos antes, e não consta do seu testamento nenhum legado ao hospital, pelo que deve ter doado os cobertores em vida. Contudo, a memória da doação mantinha-se viva entre os feitores do inventário.

Não será demais frisar que as doações da família real em objetos móveis constituem uma pequeníssima parte dos recursos que os reis de Portugal, sobretudo D. Manuel I, fizeram reverter para o hospital, em bens imóveis rurais e urbanos, padrões de juro e rendimentos fiscais. Mesmo assim, na economia moral da época é relevante que um enfermo do hospital possa ter usado uma camisa que fazia parte do guarda-roupa do rei no momento da sua morte, ou que lhe fosse dito que a sua cama era aquecida por um cobertor doado por uma rainha. Estaria assim em ação no hospital uma lógica de incorporação através do qual alguém dependente inscrevia no próprio corpo a fidelidade e a gratidão devidas a um senhor (Jones *et* Stallybrass, 2000, pp. 1-33).

## Os têxteis orientais

O primeiro testemunho relativo à existência de têxteis orientais no interior do hospital é o do inventário de 1564, que documenta a presença de tecidos de proveniência asiática na sua “capela”, como é designada na fonte, embora saibamos que se tratava de uma das principais igrejas manuelinas da cidade (Pereira, 1993). Algumas das sedas, tafetás e cetins que faziam parte das vestes litúrgicas dos capelães seriam provavelmente de origem oriental, embora não sejam referidas como tal, e pudessem provir de Itália. Em contrapartida, são referidos como sendo em “pano da Índia” numerosos objetos, que, não sendo vestes litúrgicas,

<sup>8</sup> “Alvará do Rei para Lourenço Godinho, guarda reposte, entregar ao recebedor do hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, certos panos e outros trastes usados”. Almeirim, 31 de janeiro de 1508. Esparável, segundo Bluteau, é cobertura de pano ou tabuado que serve para proteger do sol e da chuva (vol. 3, p. 259).

<sup>9</sup> “Conhecimento por que consta que Fernão Gomes, almoxarife do Hospital de Todos os Santos, recebeu de Lourenço Godinho uma mesa grande marchetada e outros trastes velhos”, Lisboa, 9 de junho de 1508.

<sup>10</sup> “Mandado de Vasco Anes Corte Real, vedor da Casa Real e do conselho do rei, por que ordena a Rui Figueira, manteciro do dito senhor, que entregue ao almoxarife do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa toda a roupa velha e desnecessária que houver na dita mantearia”. Lisboa, 25 de outubro de 1512; e “Mandado de Vasco Eanes Corte Real para o manteciro Rui Figueira entregar toda a roupa velha, pertencente à mantearia, ao almoxarife do Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa”, Lisboa, 4 de novembro de 1514.

<sup>12</sup> Documento publicado em “As gavetas da Torre do Tombo: edição digital”. Vol. 6: (Gav. 16-17), entrada 3794, p. 117 a 169, esta referência na p. 114 (<http://purl.pt/26848>). Sobre o guarda-roupa de D. Manuel I, ver Freire, 1904, pp. 381-417.

<sup>13</sup> Sobre a cor vermelha e a cochonilha, ver Greenfield, 2008.

eram de uso sacro: corredeças dos altares destinadas a tapar retábulos (cortinas de correr), frontais de altar, alparavazes (sanefas), o pano preto “que serve na adoração da cruz”, toalhas de pano branco que serviam “ao dar o santíssimo sacramento”, ou um abano de palma da Índia “com suas bandas de tafetá azul e anil” (Pinto, 2011, p. 250 e 247). Em menor quantidade, havia também panos da Índia de uso profano ao serviço nas enfermarias (toalhas, cortinas, etc.).

Outros fidalgos de primeira grandeza haveriam também de doar ao hospital bens móveis, e nalgumas dessas doações assumiriam particular relevância os objetos não-europeus, como em seguida se verá. A doação deste

género mais significativa encontrada até agora é de outubro de 1570, quando o vice-rei e antigo provedor do hospital, D. Luís de Ataíde (1516-1581), conde de Atouguia, doou uma quantidade apreciável de roupas para as enfermarias, mandadas vir da Índia já prontas<sup>14</sup>. Em “pano da Índia”, designação um tanto vaga, lençóis e carapuças, mas também o famoso bertanjil, tecido de algodão proveniente do Guzerate. Alguns destes tecidos, por serem “pintados”, foram usados nas colchas e nas corredeças, cortinas que separavam as camas dos doentes. Para termos uma ideia da escala da encomenda, veja-se o seguinte quadro:

**Quadro 1: Doação do vice-rei D. Luís de Ataíde em roupa proveniente da Índia**

	Enfermaria dos Feridos	Enfermaria das Febres	Enfermaria dos Males	Enfermarias não-discriminadas
Lençóis	70	144	132	
Camisas	170	180	250	
Travesseiros e almofadas	70	144	132	
Colchas de bertanjil e capas pintadas				50
Bertangis vermelhos para corredeças				200
Total de peças	310	468	514	250

Fonte: ANTT, *Livro de Receita e Despesa do Hospital*, Lisboa, 1570-1571, Hospital de São José, Livro 571, fls. 46 e segs.

Tratou-se de uma doação muito substancial: 1 542 peças de roupa de cama e cortinas vindas já prontas do Estado da Índia. O vice-rei enviou a encomenda a partir de Goa, dado que em 1570 aí se encontrava a cumprir o seu primeiro mandato como vice-rei, chegando este ao reino dois anos depois.

A importância desta doação cifra-se no facto de patentear de modo claro a utilização dos panos de algodão no hospital, sobretudo no que diz respeito ao bertanjil. A utilização do algodão justifica-se em função das suas vantagens em relação à seda e à lã: ao contrário destas era lavável, mais barato, e fixava melhor as cores. Por outro

lado, não era muito reutilizável (Riello, 2013, pp. 112 e 115). De resto, a roupa do hospital, pelo uso repetido e pelo desgaste a que estava sujeita, era renovada com frequência, pelo que os seus oficiais registavam as peças descartadas nos livros de receita e despesa. Beverly Lemire atribuiu ao comércio marítimo português um papel pioneiro na difusão dos têxteis asiáticos ao longo do século XVI, sobretudo no que diz respeito ao algodão e à seda (2009, p. 211). As enfermarias do hospital de Lisboa confirmam-no, uma vez que o algodão constituía um tecido corrente, emprestando cor às cortinas de correr dos leitos e às colchas das camas.

<sup>14</sup> Sobre este vice-rei, que governou a Índia em dois mandatos diferentes (1568-1571 e 1578-1581), ver Nuno Vila-Santa, 2014.

## Conclusões

A cultura material do hospital de Todos-os-Santos reflete o que já se sabia sobre o reaproveitamento incessante dos objetos, utilizados mesmo depois de velhos e gastos, como era o caso dos objetos têxteis e móveis que transitavam do paço ou paços régios por ordem do rei. Estas doações régias canalizavam para o hospital não apenas trastes velhos, mas também objetos da mantearia (alambéis, guarda-portas, etc.). Num plano mais pessoal, essas dádivas seguiam uma lógica de incorporação, como no caso de D. Manuel I, que lhe doou a roupa da sua cama e as camisas em testamento. No que às doações diz respeito, o hospital surge assim como um prolongamento da corte, um dispositivo destinado a zelar pelos súbditos mais destituídos, testemunhando a benevolência paternal do rei.

A utilização de substâncias e produtos não europeus era feita em regime de consumo corrente, e não sumptuário. Em primeiro lugar, o açúcar, proveniente da Madeira, que ocupava um lugar de destaque nas curas hospitalares. Os produtos norte africanos como as aljaravias, usadas como mortalhas, ou as mantas, marcavam também presença no hospital entre os produtos do quotidiano. E também os têxteis asiáticos, designados inicialmente por “pano da Índia” e usados em cortinas de altar, frontais e corrediças. Mais tarde, na década de setenta, os têxteis asiáticos aparecem sob a forma de bertangis, isto é, panos de algodão, através de uma doação feita por um antigo provedor da Misericórdia de Lisboa, entretanto nomeado vice-rei. Não será demais assinalar o aparecimento precoce no hospital de Lisboa dos tecidos nesta matéria-prima - o algodão -, que se viriam a difundir pela Europa e pelo mundo.

Uma palavra também para as pessoas escravizadas, usadas no hospital para desempenhar as tarefas mais sujas, tais como varrer, esvaziar bacios ou limpar latrinas. Um exemplo mais da banalização da escravatura africana que vinha acontecendo na cidade de Lisboa desde meados do século XV.

A cultura material do hospital constituiu assim um espelho do seu tempo. Testemunhou o advento de uma monarquia mais forte do que a do período medieval e beneficiou da proximidade da corte régia, da qual serviu de contraponto. E ainda, a chegada a Portugal de produtos oriundos

da África e da Ásia, que, perdido o seu estatuto sumptuário, constituíam consumos quotidianos e correntes, alargados à generalidade dos utentes e servidores do hospital.

### Prato (fragmento)

Majólica. Produção de Montelupo  
1525-1575. Reforma do piso Claustro NE  
Larg. máx. 4,2 cm; Ø bordo 30 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL (PF00/N2/[893])  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019



### Prato (fragmento)

Porcelana. Olarias chinesas  
Séc. XVI. Amortização do poço medieval  
das traseiras do HRTS  
Alt. máx. 3 cm; Ø bordo 21 cm; Ø fundo 9 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL (PF00/2684-75)  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019



### Tigela (fragmento)

Porcelana. Produção de Jinghdzen (China)  
1583-1620. Aterro do HRTS  
Alt. máx. 3,4 cm; larg. máx. 14 cm; Ø fundo 6,5 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL (PF00/U7/[300])  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019



### Estatueta

Porcelana. Olaria desconhecida (China)  
Séc. XVII. Aterro do HRTS  
Larg. base 5 cm; alt. máx. c. 5 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL (PF00/U7/[29])  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2020



## Bibliografia

ARRIZABALAGA, John (2013) - Medical Theory and Surgical Practice: Coping with the French Disease in Early Renaissance Portugal and Spain. In ABREU, Laurinda; SHEARD, Sally - *Hospital Life. Theory and Practice from the Medieval to the Modern*. Oxford: Peter Lang, pp. 94-117 | BLUTEAU, Rafael (1712-1728) - *Vocabulário português e latino*, 10 vols. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu | COSTA, Manuela Pinto da (2004) - Glossário de termos têxteis e afim. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Porto, série I, vol. 3, 2004, n.º 3, pp. 137-161 | FONSECA, Jorge; STOLS, Eddy; MANHAEUGE, Tijn (2014) - *Lisboa em 1514: o relato de Jan Tacoen Van Zillebeke*, Ribeirão: Húmus | GREENFIELD, Amy (2008) - *A perfect red: empire, espionage, and the quest for the color of desire*. New York: Harper Collins | JONES, Ann Rosalind; STALLYBRASS, Peter (2002) - *Renaissance clothing and the materials of memory*. Cambridge: Cambridge University Press | LEMIRE, Beverly (2009) - Revising the Historical Narrative: India, Europe, and the Cotton Trade, c. 1300-1800. In RIELLO, Giorgio; PARTHASARATHI, Prasannan, eds. - *The Spinning World: A Global History of Cotton Textiles, 1200-1850*. Oxford: Oxford University Press, pp. 205-226 | MATIAS, F. (c. 1915) - *Frontaria do hospital das Caldas como se achava em 28 de Março de 1747* [Visual gráfico]. Caldas da Rainha: Tip. Caldense José da Silva Dias | PEREIRA, Paulo (1993) - A fachada da igreja do Hospital Real. In PEREIRA, Paulo, dir.; LEITE, Ana Cristina, coord. cient. - *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII (catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 31-37 | PINTO, Pedro (2011) - Inventário do Hospital de Todos os Santos (Lisboa) em 1564. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, pp. 243-270 | RESENDE, Garcia de (1991) - *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda | RIELLO, Giorgio (2013) - *Cotton: The Fabric that Made the Modern World*. Cambridge: Cambridge University Press | RODRIGUES, Lisbeth (2013) - *Os Hospitais Portugueses no Renascimento 1480-1580: O caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História Moderna | RODRIGUES, Lisbeth; SÁ, Isabel dos Guimarães (2015) - Sugar and spices in Portuguese Renaissance medicine. *Journal of Medieval Iberian Studies*, vol. 7, n.º 2, pp. 176-196 | SÁ, Isabel dos Guimarães (2011) - *De princesa a rainha-velha: Leonor de Lancastre*. Lisboa: Círculo de Leitores | SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José (1986) - *O açúcar da Madeira e algumas instituições de assistência na Península e Norte de África durante a 1ª metade do século XVI*. S.l: s.n. | SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José, eds. (1996) - *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Lisboa: Ministério da Saúde | SENOS, Nuno (2002) - *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias | VILA-SANTA, Nuno (2014) - *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império: Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História.



### Prato

Cerâmica esmaltada. Olaria sevilhana  
c. 1550. Poço SE, Claustro NE  
Alt. 4,3 cm; Ø bordo 18 cm; Ø fundo 4,8 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL (PF00/8003-1)  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019

### Tigela

Cerâmica esmaltada. Olaria sevilhana  
Séc. XVI Obras traseiras HRTS  
Alt. 5,4 cm; Ø bordo 14 cm; Ø fundo 5,2 cm  
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001  
CML-CAL  
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019

